



Estado do Ceará

Prefeitura Municipal de Redenção-Ce

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 2019.27.06-1

O Prefeito Municipal de Redenção - Estado do Ceará, David Santa Cruz Benevides, em pleno exercício do cargo e no uso competente de suas atribuições, notadamente as conferidas pelo Art. 28º, Inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, bem como as disposições evidenciadas no art. 48º da Lei complementar 101/2000, RESOLVE publicar mediante afixação nos locais de amplo acesso do público em geral no âmbito do Município de Redenção-CE, e na internet, através dos sites www.redencao.ce.gov.br a Lei Municipal Nº 1728/2019, de 19 de Junho de 2019, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020.

PUBLIQUE-SE, DIVULGUE-SE, CUMPRA-SE.

Paço do Poder Executivo Municipal de Redenção - Estado do Ceará.

Em, 27 de Junho de 2019.



David Santa Cruz Benevides
Prefeito Municipal



DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao art. 4º da Instrução Normativa do TCM nº 03/2000, DECLARO, para fins de prova junto a esse Órgão de Controle Externo, que a Prefeitura Municipal de Redenção - CE, publicou mediante afixação nos locais de amplo acesso público em geral no âmbito do Município de Redenção-CE e nos sites www.redencao.ce.gov.br a Lei Municipal Nº 1728/2019, de 19 de Junho de 2019, que dispõe sobre a **Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 (LDO)**, conforme EDITAL DE PUBLICAÇÃO em anexo.

Redenção - CE, 27 de Junho de 2019.



David Santa Cruz Benevides
Prefeito Municipal



LEI Nº 1728, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS
EXERCÍCIO DE 2020

REDENÇÃO – CE, 19 DE JUNHO DE 2019.



LEI Nº 1728, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências:

O Prefeito Municipal de Redenção - CE, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, David Santa Cruz Benevides, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Redenção - CE, para o exercício de 2020, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, às normas estabelecidas pela Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I- as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II- as diretrizes e estrutura organizacional para elaboração da Lei do Orçamento Anual;
- III- as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- IV- as diretrizes para execução e limitação dos orçamentos do Município;
- V- as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI- as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII- as disposições gerais.

CAPITULO I DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRACAO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e as metas para o exercício financeiro de 2020 que estão especificadas no anexo I da presente Lei terão precedência na alocação de recursos no orçamento do exercício de 2020, porem não se constituindo em limite à programação das despesas. As metas de investimentos a serem fixadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020 estarão contempladas nas diretrizes do Plano plurianual (PPA) para o quadriênio 2018 a 2021.



§ 1º – A Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja prevista no Plano Plurianual ou em Lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 2º - As dotações orçamentárias das metas e prioridades contempladas no anexo I desta Lei serão fixadas no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, que será encaminhado ao Legislativo Municipal até o dia 01 de outubro de 2019.

§ 3º - As obrigações constitucionais e legais do Município, a manutenção e funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social terão prevalência na alocação dos recursos da Lei Orçamentária de 2020, em relação às prioridades e metas de que trata o caput deste artigo.

§ 4º- As metas e prioridades especificadas no anexo I da presente Lei, deverão observar os mecanismos de participação direta e as diretrizes discutidas com a sociedade civil organizada, quando da elaboração do Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2018-2021.

Art. 3º - A elaboração e aprovação do Projeto da Lei do Orçamento Anual – LOA, exercício de 2020, e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, em conformidade com o que dispõem os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 4º da LC 101/2000.

§ 1º - A elaboração e a execução da LOA 2020 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

§ 2º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá conter o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas fiscais.

§ 3º - As metas fiscais poderão ser ajustadas na Lei Orçamentária Anual e na execução orçamentária, desde que ocorrências macroeconômicas, mudanças na legislação e outros fatores que afetem as projeções das receitas e despesas previstas no anexo II desta Lei, justifiquem a necessidade de alterações.

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando ao alcance dos resultados desejados;



II - iniciativa, atributo do programa que declara a entrega de bens e serviços à sociedade ou ao Estado, resultante da execução de um conjunto de ações orçamentárias e não orçamentárias;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores para o cumprimento das metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam em conformidade com a Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de suas alterações posteriores.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2020, bem como nos créditos adicionais, por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA A
ELABORAÇÃO
DA LEI DO ORÇAMENTO ANUAL
Seção I
Diretrizes Gerais

Art. 5º - A elaboração e a aprovação do Projeto da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 e dos créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com o princípio da



publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º - Em atenção ao que preceitua a Lei Complementar 131, os poderes Executivo e Legislativo darão ampla transparência aos gastos públicos, com a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, e ainda com a publicação dos seguintes relatórios e documentos:

- a) estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- b) Lei Orçamentária Anual e seus anexos;
- c)- Prestação de Contas de Governo e Prestações de Contas de Gestão.
- d)- incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

§ 2º - O Poder Executivo deverá realizar audiências públicas durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020, que contarão com a participação de entidades dos movimentos sociais, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 3º - As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do panorama econômico ou de qualquer outro fator relevante.

§ 4º - As estimativas das despesas obrigatórias de que trata os anexos desta Lei deverão adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação aplicável, o comportamento das despesas em anos recentes, os efeitos decorrentes de decisões judiciais e o nível de endividamento do município.

§ 5º - O Poder Executivo manterá na rede mundial de computadores programa de fácil acesso, de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e fomentar o controle social, observando-se o princípio da publicidade e permitindo a sociedade conhecer todas as informações relativas às Leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, bem como, a sua execução durante o exercício, com informações claras, para que os interessados possam proceder ao acompanhamento da realização do orçamento e, ainda, a prestação de contas de governo e as prestações de contas de governo e de gestão.

Art. 6º - A coleta de dados das propostas orçamentárias dos Órgãos, Entidades e Fundos do Poder Executivo, o seu processamento e a sua



consolidação no Projeto de Lei do Orçamento Anual para 2020, bem como suas alterações e as modificações nos quadros de detalhamento da despesa, serão feitos por meio de sistema integrado de gestão orçamentária, vinculado a Secretaria de Finanças.

Parágrafo Único – Os relatórios que consolidam a Proposta Orçamentária dos Órgãos, Entidades e Fundos do Poder Executivo deverão ser encaminhados e protocolados na Secretaria de Finanças, devidamente validados por seu titular, até 01 de setembro de 2019.

Art. 7º - A Lei do Orçamento Anual abrangerá os orçamentos fiscal e da seguridade social, referentes aos órgãos do Poder Executivo e Legislativo, seus fundos, autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 8º – A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada na forma e conteúdo estabelecidos nesta Lei e em consonância com as disposições sobre as matérias contidas na Constituição Federal e nas normas complementares, devendo ser encaminhada ao Poder Executivo para ajuste e consolidação do Projeto de Lei do Orçamento Anual até o dia 31 de agosto de 2019, observados os limites fixados no Art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 9º – A Lei do Orçamento Anual conterá reserva de contingência em montante equivalente até o limite de 4% (quatro por cento) da receita corrente líquida - RCL, apurada no RREO do 4º bimestre de 2019, que será destinada a atender aos passivos contingentes e outros riscos, eventos fiscais imprevistos, conforme inciso III, do art. 5º da LC nº 101, de 2000, e ainda, contrapartidas para convênios firmados e não previstos na proposta inicial.

Parágrafo Único - Para efeito desta Lei, consideram-se passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos a deficiência de saldos orçamentários para o pagamento de despesas vinculadas à pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, amortização da dívida contratados e precatórios judiciais, cuja deficiência das dotações iniciais se deram por conta de fatores imprevistos, como aumento do salário mínimo, aumento do piso nacional salarial, reposição da perda salarial através da revisão geral anual, dentre outros, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar referidas dotações, utilizando como fonte de recurso a anulação de saldos orçamentários da Reserva de Contingência.

Art. 10 – Para cumprimento das metas estabelecidas, sempre que necessário, em razão dos efeitos da economia nacional ou catástrofes de abrangência limitada ou decorrentes de mudança de legislação, o Poder Executivo adaptará as receitas e as despesas da LOA 2020 da seguinte forma:

I – alterando a estrutura organizacional ou a competência legal ou regimental de órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo;



- II – incorporando receitas não previstas;
- III – não realizando despesas previstas.

Art. 11 - O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal a:

- I - Realizar operações de crédito, inclusive por antecipação da receita orçamentária – ARO, até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- II- Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 70% (SETENTA POR CENTO) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;
- III- Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal.
- IV - Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os recursos previstos.

Art. 12 – Não poderão ser fixadas despesas em desacordo com os ditames desta Lei e sem que estejam definidas as fontes de recursos disponíveis.

Art. 13 – É vedada a inclusão, na Lei do Orçamento Anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que desenvolvam e atividades de natureza continuada e preencham uma das seguintes condições:

- I- prestem atendimento direto ao público nas áreas de: assistência social, saúde, educação, esporte, cultura, turismo e lazer.
- II- sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III- atendam ao disposto nos artigos 204 e 217 da Constituição Federal, no artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 1º – Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria, bem como o previsto no art. 116 da lei 8.666/93, especialmente com relação à regularidade fiscal exigida pela Constituição da República, em seu art. 195, § 1º e a lei 8666/93, art. 116 c/c art. 29.

§ 2º – As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, atendendo o exigido no art. 16 e seu parágrafo, da lei 4320/64.



§ 3º – É vedada a destinação de recursos públicos para instituições ou entidades privadas que não prestem contas da última subvenção recebida no prazo fixado no convênio.

Art. 14 – A Lei Orçamentária de 2020 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, somente incluirão ações novas se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

- a) os projetos em andamento;
- b) as ações relativas ao custeio administrativo e operacional da administração pública municipal;
- c) a contrapartida para os projetos com financiamento interno e convênios com outras esferas de governo;
- d) os compromissos com o pagamento do serviço da dívida e os decorrentes de decisões judiciais;

II - os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa do cronograma físico ou a obtenção de uma unidade completa;

III - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual para o período 2018-2021.

§ 1º Serão entendidos como projetos em andamento aqueles que a execução financeira, até 30 de junho de 2019, não ultrapassar 10% (dez por cento) do seu custo total estimado.

§ 2º Entre os projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos aqueles que apresentarem maior percentual de execução física.

§ 3º Na área de Educação, terão prioridade os investimentos destinados à recuperação e modernização de unidades escolares, bem como à construção de novas unidades em substituição àquelas que funcionam em prédios alugados.

Seção II **Da Estrutura e Organização Dos Orçamentos**

Art. 15 – O Projeto da LOA 2020 que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal será constituído de:

I – Texto da Lei;



II – Quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4320, de 1964, conforme Anexo desta Lei;

III – Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

- a) Receitas, discriminadas por natureza, identificando a fonte de recurso correspondente a cada cota parte de natureza de receita, o orçamento a que pertence e a sua natureza financeira ou primária observada o disposto no art. 6º da Lei nº 4320, de 1964;
- b) Despesas, discriminadas na forma prevista no art. 5º e nos demais dispositivos pertinentes desta Lei;

IV – Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

Parágrafo Único - Os quadros orçamentários consolidados e as informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo legal a que se referem.

Art. 16 – Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:

Despesas Correntes

- Pessoal e Encargos Sociais
- Juros e Encargos da Dívida
- Outras Despesas Correntes

Despesas de Capital

- Investimentos
- Inversões Financeiras
- Amortização da Dívida

Art. 17 – A estrutura do Projeto de Lei do Orçamento Anual deverá identificar a receita por origem e unidade orçamentária e a despesa, por função, sub - função, programa de governo, ação, fonte de recursos e esfera orçamentária.

§ 1º – Os programas, para atingir os seus objetivos, se desdobram em ações orçamentárias.

§ 2º – As ações, agrupadas por unidade orçamentária, compreendem atividades, projetos e operações especiais.



§ 3º – As ações orçamentárias citadas no parágrafo anterior, de acordo com a finalidade do gasto, serão classificadas como:

- I – atividades de pessoal e encargos sociais;
- II – atividades de manutenção administrativa;
- III – outras atividades de caráter obrigatório;
- IV – atividades finalísticas;
- V – projetos.

Art. 18 – As fontes de recursos que corresponderem às receitas provenientes da concessão e permissão de serviços públicos constarão da Lei Orçamentária Anual com código próprio que as identifique.

Art. 19 – Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido para o projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 20 – A Lei do Orçamento Anual incluirá ainda, dentre outros, os seguintes demonstrativos:

- I – Dívida Fundada;
- II – das receitas e das despesas do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, que obedecerá ao previsto no art. 2º, § 1º da Lei Federal nº. 4320 de 1964;
- III – da despesa por funções;
- IV – da aplicação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino;
- V – da aplicação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde;
- VI – da despesa, por fonte de recursos, para cada órgão, entidade e fundo;
- VII – da consolidação das despesas por projetos, atividades e operações especiais, por ordem numérica;
- VIII – da despesa por programa;
- IX – dos projetos e atividades finalísticos consolidados;
- X – da compatibilidade das metas da programação dos orçamentos programadas nos orçamentos com os objetivos e as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, de acordo com o inciso I, art. 5º da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000.

Art. 21 - Na Lei Orçamentária não poderão ser:

- I - fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvados os casos de complementariedade de ações;



III - previstos recursos para pagamento a servidor ou empregado da administração pública, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado;

IV - classificadas como atividades, dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como classificadas como projetos ações de duração continuada;

Seção III

Das Diretrizes Específicas para a Elaboração do Orçamento da Seguridade Social

Art.22 – O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos artigos 194, 195, 196, 200, 201, 203 e 212, § 4º, da Constituição Federal, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

- I – das contribuições sociais previstas na Constituição Federal;
- II – das receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento;
- IV – do orçamento fiscal.

Parágrafo Único – A destinação de recursos para atender despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.

Art. 23 – O Orçamento da Seguridade Social discriminará:

- I – as dotações relativas às ações descentralizadas de saúde e assistência social, em categorias de programação específicas no Município;
- II – as dotações relativas ao pagamento de benefícios, em categorias de programação específicas para cada categoria de benefício;
- III – as estimativas relativas às contribuições para a seguridade social dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários.

Art. 24 – Ficam os órgãos do Poder Executivo, seus Fundos, Autarquias e Fundações, autorizadas a efetivar convênios e similares, no âmbito da sua administração, disponibilizando a necessária contrapartida para o alcance dos objetivos estipulados.

Parágrafo Único – A contrapartida de que trata o caput poderá ser reduzida, mediante justificativa do órgão responsável, à execução das respectivas



ações, que deverá constar do respectivo processo de concessão da transferência.

CAPÍTULO III **DAS DISPOSIÇÕES PARA DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS** **SOCIAIS**

Art. 25 – Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limite na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a situação vigente em agosto de 2019, projetada para o exercício de 2020, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive o disposto nos parágrafos deste artigo, ou outro limite que vier a ser estabelecido por legislação superveniente.

§ 1º - para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de anexo discriminativo da Lei Orçamentária de 2020, cujos valores serão compatíveis com os limites da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º - os acréscimos a que se refere o caput só poderão ser autorizados por Lei que prevê aumento de despesa, com a discriminação da disponibilidade orçamentária para atendimento do correspondente.

§ 3º - fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e fundações, cujo percentual será definido em lei específica, estando em sintonia com a inflação acumulada no exercício anterior, calculada conforme IPCA – AMPLO.

§ 4º - Caso a despesa de pessoal ultrapasse o limite de noventa e cinco por cento dos limites a que se refere o art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a contratação de horas extras no respectivo Poder ou órgão somente pode ocorrer para atender:

- I – aos serviços finalísticos da área de saúde;
- II – aos serviços finalísticos da área de Educação;
- III – às situações de emergência, reconhecidas por ato próprio dos chefes dos Poderes e Legislativo.

Art. 26 – O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.



Parágrafo único – Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos para efeito do caput deste artigo, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que, simultaneamente:

- I – sejam acessórios, instrumentais ou complementares às atribuições legais do órgão ou entidade, na forma prevista em regulamento;
- II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou seja, relativas a cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente;
- III – não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO IV **DAS DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E LIMITAÇÃO DO ORÇAMENTO E** **SUAS ALTERAÇÕES**

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 27 – A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que venha a ser acrescida à execução orçamentária de 2020, a qualquer tempo, deverá atender ao disposto nos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 28 – Entende-se como despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao que dispõe o § 3º do artigo 16 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 2000, as despesas cujo valor não ultrapasse os limites fixados nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993, atualizados.

Art. 29 – A execução orçamentária e financeira da despesa poderá se dar de forma descentralizada, seguindo o cronograma de desembolso, estipulado pelo Controle Orçamentário, salvo àquelas previamente autorizadas pelo chefe do Poder Executivo.

Art. 30 – São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária.

Art. 31 – As unidades, através de seus ordenadores, serão responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais autorizados, processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados pelo órgão gestor do orçamento municipal, para cada categoria de programação econômica, fontes de recursos, modalidades de aplicação e elemento de despesa.

Art. 32 – A classificação e contabilização dos ingressos de receitas e despesas orçamentárias - empenho, liquidação e pagamento, pelos órgãos, entidades e fundos integrantes dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, serão registradas na data de suas respectivas ocorrências.



Art. 33 – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Seção II **Da Limitação Orçamentária e Financeira**

Art. 34 – Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de “projetos”, “atividades” e calculada de forma proporcional à participação do Poder em cada um dos citados conjuntos, excluídas as relativas às:

- I – despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município integrante desta Lei;
- II – despesas ressalvadas, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº101, de 2000, integrantes desta Lei;
- III – dotações constantes da Lei Orçamentária de 2020 referentes a doações e convênios.

CAPÍTULO V **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 35 – Todas as despesas relativas a amortização anual da dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

Art. 36 – As despesas com amortização, juros e outros encargos da Dívida Pública, deverão considerar apenas as operações contratadas ou autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento Anual à Câmara Municipal.

Art. 37 – As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em atividades específicas, nas programações a cargo das unidades orçamentárias.

Parágrafo Único – Os recursos alocados na lei orçamentária, com a destinação prevista neste artigo, não poderão ser cancelados para a abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Art. 38 – A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria de Finanças, até 01 de julho de 2019, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2020,



conforme determina o artigo 100, § 1º, da Constituição Federal, discriminada por órgão da administração direta e por grupo de despesas, especificando:

- a) número do processo;
- b) número do precatório;
- c) data da expedição do precatório;
- d) nome do beneficiário;
- e) valor do precatório a ser pago.

CAPÍTULO VI **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

Art. 39 – O Projeto de Lei que conceda, amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovado ou editado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º - Os efeitos orçamentários e financeiros de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira, creditícia ou patrimonial poderão ser compensados mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 40 – São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para os fins do art. 39 desta Lei, os gastos governamentais indiretos decorrentes do sistema tributário vigente que visem atender objetivos econômicos e sociais, explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao sistema tributário de referência e que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

Art. 41 – Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal, bem como modificações da legislação tributária nacional ou estadual.

§ 1º – Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária anual:

- I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;
- II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.



§ 2º – Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual para sanção do Prefeito, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto, até trinta dias após a sanção à lei orçamentária anual.

CAPÍTULO VII **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 42 – A Execução da Lei Orçamentária de 2020 e dos créditos adicionais obedecerão aos princípios constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência na Administração Pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º - É vedada a adoção de qualquer procedimento que resulte na execução de despesa sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ 2º - A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no § 1º deste artigo.

Art. 43 – O recebimento de recursos relativos às receitas realizadas pelos fundos, autarquias, fundações e demais entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social deverá ser consolidada junto a Contabilidade Central, para efeito do cumprimento do que determina a Lei Complementar 131/2009.

Parágrafo Único - A Secretaria de Finanças poderá autorizar a classificação diretamente nos respectivos órgãos e entidades, nos seguintes casos:

I – produto da arrecadação das receitas que tenham origem no esforço próprio de órgãos e entidades da Administração Pública, nas atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do patrimônio próprio;

II – produto da aplicação financeira das receitas mencionadas no inciso I deste parágrafo.

Art. 44 – A movimentação financeira dos órgãos da administração direta e indireta, autarquias e fundos, serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições e agências financeiras que atuam como mandatários da União na execução e fiscalização dos seus respectivos acordos, convênios, ajustes ou instrumento congêneres.



Art. 45 – As entidades beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 1º - O Poder Executivo adotará providências com vistas ao registro e divulgação, inclusive por meio eletrônico, das informações relativas às prestações de contas de convênios ou instrumentos congêneres.

§ 2º - No caso de contratação de terceiros pelo conveniente ou beneficiário, as informações previstas no parágrafo anterior conterão, no mínimo, o nome e CPF ou CNPJ do fornecedor e valores pagos.

Art. 46 – A prestação de contas anual do Prefeito, denominada Prestação de Contas de Governo, bem como as prestações de contas de gestão, atenderão as disposições emanadas na Lei 4.320/1964, portarias STN, bem como nas Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, devendo ser elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, utilizando para tanto o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

Parágrafo Único – Da prestação de contas anual constará necessariamente informação quantitativa sobre o cumprimento das metas físicas previstas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 47 - Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Poder Executivo por ato próprio deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º. - As receitas, conforme as previsões respectivas serão programadas em metas de arrecadações bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais.

§ 2º.- A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Art. 48 – O Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020 será encaminhado à Câmara Municipal, até 01 de outubro de 2019, devendo o Legislativo discuti-lo, votá-lo e devolvê-lo para sanção até 30 dias após o recebimento deste.

§ 1º – Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for votado no prazo especificado no caput do artigo, a Câmara Municipal será de imediato convocada, extraordinariamente, e permanecerá em sessão até que seja votado.



§ 2º – Caso o projeto a que se refere o caput do artigo não seja votado até 31 de dezembro de 2019, a programação da Lei orçamentária anual proposta poderá ser executada a partir de 01 de janeiro de 2020, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação em cada mês, até que o projeto seja votado pela Câmara.

Art. 49 - O custeio, pelo Poder Executivo Municipal, de despesas de competência dos Estados e da União, somente poderá ser realizado:

I - Casos se refiram a ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no art. 23 da Constituição Federal;

II - Se houver expressa autorização em Lei específica, detalhando o seu objeto;

III - Sejam objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere.

Art. 50 – A execução orçamentária atenderá o que preceitua a legislação vigente, em especial as Normas elencadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, com dever de promover a busca da convergência aos padrões internacionais de contabilidade do setor público, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos.

Parágrafo Único: O Poder Executivo utilizará sistema eletrônico de processamento de dados em meio magnético para escrituração e apresentação de matéria contábil relativa à execução orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive para fazer prova junto aos órgãos de fiscalização com relação a sua obrigação mensal e/ou anual de prestar contas e procedendo as movimentações contábeis, registros dos seus controles internos e o reforço orçamentário as dotações ate seu respectivo montante, utilizando sistema eletrônico computadorizado.

Art. 51 - Serão consideradas legais as despesas com multas, juros e outros acréscimos decorrentes de eventual atraso no pagamento de compromissos por insuficiência de caixa e/ou necessidade de priorização do pagamento de despesas imprescindíveis ao pleno funcionamento das atividades e execução dos projetos da administração municipal.

Art. 52 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Redenção - CE, em 19 de junho de 2019.

David Santa Cruz Benevides
Prefeito Municipal



Anexo I
AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA
O EXERCÍCIO DE 2020



METAS PRIORITÁRIAS PARA A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

NOSSA MISSÃO É GERAR RENDA

- Qualificar a mão de obra através de parcerias com o Sistema S (**SESC; SENAC, SESI; SENAI**);
- Fortalecer a agroindústria para diversas culturas (ex: caju, banana)
- Incentivar o associativismo e cooperativismo;
- Facilitar os financiamentos por meio dos órgãos competentes;
- Articular parcerias em ações com CDL e Fecomércio;
- Garantir a segurança no comércio;
- Oferecer incentivo fiscal e infraestrutura para atrair novas indústrias;
- Apoiar parceria público-privada para abastecimento;
- Implantar uma política fiscal eficiente que evite o convênio desleal;
- Organizar o comércio informal;
- Fortalecer a política de MEI (micro empreendedor individual);
- Promover feira de agricultura familiar;
- Garantir o fortalecimento e organização da nossa feira-livre, dialogando sempre com feirantes;

METAS PRIORITARIAS ESPORTE E LAZER

NOSSA MISSÃO É PROPORCIONAR ESPORTE E LAZER DE QUALIDADE

- Construir área poliesportiva com quadra (futsal, vôlei, basquete), equipamentos de ginástica fixos, pista para skate;
 - Incentivar o esporte realizando as olimpíadas escolares e o campeonato municipal de futebol de campo e futsal;
 - Difundir o esporte, fazendo com que todas as modalidades sejam praticadas, bem como apoiar o acesso à prática desportiva nas localidades;
 - Transformar as praças públicas em espaços de destinados as práticas esportivas e culturais, fortalecendo os relacionamentos entre os jovens, seus amigos, familiares e vizinhos;
 - Viabilizar a Lei do Incentivo ao Esporte;
 - Implantar o fórum do esporte.
- Implantar no município o projeto esporte inclusivo, para atender a crianças e jovens especiais.



METAS PRIORITARIAS JUVENTUDE E CULTURA

NOSSA MISSÃO É DAR VOZ AOS JOVENS

- Criar a secretaria de Juventude e Cultura;
- Disponibilizar laboratório aberto ao público com oficinas gratuitas de música (canto, instrumentos de corda e percussão), dança (street, hip hop e ritmos variados), artes plásticas (pintura, argila);
- Criar concurso (geração do bem, sou do bem, etc.) para premiar jovens que idealizem e realizem um trabalho voluntário na comunidade;
- Promover, patrocinar e incentivar igualmente todas as jovens participantes do Miss Redenção;
- Fazer parcerias com o terceiro setor para promover a ampliação das ações juvenis e a consciência democrática e social;
- Criar Fórum e Conselho Municipal da Juventude;
- Ampliar o atendimento aos jovens com foco na melhoria do ensino, da pesquisa, da qualificação profissional e vida comunitária;
- Fortalecer manifestações artísticas envolvendo a juventude no resgate da cultura local;
- Apoiar e incentivar as manifestações culturais em suas diversas modalidades.
- Resgatar a banda de Música Municipal e grupo folclórico;
- Promover a formação de Mestres da Cultura que repassam os saberes tradicionais populares de geração em geração;
- Aderir ao Sistema Nacional de Cultura;
- Criar os cineclubes escolares e comunitários e ampliar as políticas públicas voltadas para a produção audiovisual;
- Realizar campanhas de esclarecimentos sobre sexualidade e drogas e trânsito.
- Garantir atendimento adequado e diferenciado aos dependentes químicos e o apoio aos seus familiares;
- Desenvolver em parceria com o Governo Federal, o programa Juventude e Meio Ambiente estimulando a formação e o fortalecimento de jovens lideranças ambientais.



METAS PRIORITARIAS TURISMO

NOSSA MISSÃO É VALORIZAR O PATRIMÔNIO CULTURAL

- Oferecer infraestrutura e divulgação para festivais religiosos e datas comemorativas como Libertação dos Escravos e Dia da Consciência Negra;
- Trabalhar a transversalidade cultural;
- Desenvolver o plano de municipalização do turismo;
- Restaurar e conservar o patrimônio histórico e pontos culturais do município como museu, construções e praças públicas;
- Promover ações de promoção da Igualdade racial;
- Investir na formação continuada de professores.

METAS PRIORITARIAS EDUCAÇÃO

NOSSA MISSÃO É VALORIZAR ALUNOS E PROFISSIONAIS DO ENSINO

- Melhorar os índices educacionais do Município;
- Implantar gradativamente educação em tempo integral;
- Reformar a estrutura física das escolas;
- Investir na educação infantil (creche e alfabetização);
- Premiar o desempenho de escolas, alunos e professores;
- Garantir a qualidade do transporte e merenda escolares;
- Implementar uma política de acompanhamento pedagógico;
- Fiscalizar a regularidade de funcionamento das escolas;
- Modernizar as tecnologias de informação na educação;
- Promover a cultura de paz nas escolas;
- Implantar gradativamente e quando necessário em contratação temporária seleção pública com critérios técnicos salvo casos de emergência;
- Adequar o perfil da formação acadêmica e área de atuação;
- Regularizar o pagamento dos salários;
- Ter um gestor com perfil técnico e comprometido com a;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Envolver a família na gestão da escola e na aprendizagem dos estudantes;
- Cumprir as metas do PNE e PME;
- Estabelecer parcerias com a UNILAB;



METAS PRIORITARIAS INFRAESTRUTURA

NOSSA MISSÃO É TER UMA REDENÇÃO IDEAL PARA MORAR, TRABALHAR E CONVIVER.

- Viabilizar o saneamento básico inicialmente na sede e Antônio Diogo
- Manutenção das estradas;
- Implantar um sistema simplificado de abastecimento;
- Melhorar as condições de acesso a água através de escavação de 20 poços profundo em todo o município;
- Garantir a qualidade da limpeza pública com coleta seletiva em todas as localidades;
- Oferecer a população iluminação pública garantindo manutenção, consertos e ampliação de redes;
- Iluminar de forma especial o portal da cidade;
- Disponibilizar Rede de Internet com qualidade;
- Melhorar as instalações e vigilância sanitária no matadouro público e no mercado;
- Reformular o trânsito através da regulamentação, fiscalização, controle, agentes, sinalização e funcionamento do DEMUTRAN;
- Promover uma política de gestão focada na responsabilidade ambiental, tendo como foco a viabilização de estudos para reutilização das águas, reciclagem e utilização de energias renováveis.

METAS PRIORITARIAS PARA A AGRICULTURA

NOSSA MISSÃO É MANTER O PRODUTOR RURAL NO CAMPO

- Incentivar o Seguro Safra por tamanho da área plantada sem exclusão do produtor de cultura de subsistência;
- Diminuir a burocracia criando parcerias para facilitar o acesso ao crédito pelo BNB e Banco do Brasil;
- Disponibilizar o acompanhamento contínuo de técnicos no campo
- Fortalecer a cadeia produtiva (frutas, hortaliças e cultura de subsistência) da região;
- Implantar o projeto de aquisição de alimentos direto do agricultor para implantar nas merendas escolares
- Buscar parcerias como curso de Agronomia da UNILAB



METAS PRIORITARIAS SAÚDE

NOSSA MISSÃO É DAR QUALIDADE DE VIDA E BEM ESTAR PARA O POVO

- Oferecer atenção primária da saúde;
 - Reestruturar o material de saúde (suprimentos);
 - Viabilizar a valorização dos profissionais de saúde locais;
 - Adequar o quantitativo dos profissionais necessários para a manutenção da saúde;
 - Criar estratégias de prevenção de doenças (vigilância sanitária, controle de zoonoses);
 - Ativar os programas estratégicos como saúde da mulher, Caps, Ceo, atenção ao idoso e outros;
 - Atualizar dados da territorialização;
 - Realizar auditoria interna e externa na área da saúde municipal;
 - Formar equipe para trabalhar na confecção de estratégia de fluxos e processos para melhorar a eficiência do atendimento em saúde (coordenadora da atenção básica com conhecimento);
 - Realizar trabalhos para coletar dados epidemiológicos;
 - Otimizar a gestão da saúde e fiscalização do emprego de recursos;
 - Aprimorar o funcionamento do CAPS;
 - Formar parceria na gestão de saúde com a Universidade;
 - Valorizar o Hospital Municipal;
 - Criar a casa de apoio aos pacientes;
 - Viabilizar diálogo com o curso de enfermagem da UNILAB.
- Implantação de 03(três) novas equipes de saúde da família e 4(quatro)

odontológicas



METAS PRIORITARIAS SEGURANÇA E CIDADANIA

NOSSA MISSÃO É DAR TRANQUILIDADE E PAZ PARA REDENÇÃO

- Realizar oficinas de aprendizagem com os jovens (música, artes, pinturas, trabalhos manuais, artesanais) CRAS;
- Fortalecer parcerias com associações para o município;
- Revitalizar o abrigo para idosos, mulheres e jovens vítimas da violência (PROARES);
- Reativar o PRÓ CIDADANIA;
- Promover a capacitação (técnica) dos conselhos;
- Criar Ouvidoria Municipal (Geral) e ramificações nas secretarias municipais (setorial);
- Disponibilizar cartilha (municipal) informando direitos e deveres dos munícipes (moradores da região);
- Disponibilizar a cartilha "exercite a cidadania";
- Dar o funcionamento do DEMUTRAN para garantir mais segurança do trânsito;
- Políticas públicas voltadas para assistência a dependentes químicos (sugestão - ver projetos de inclusão social dos reabilitados, casas de tratamento gratuito com acompanhamento psicológico, médico, atividades esportivas e manuais para usuários ativos);
- Apoiar e incentivar as manifestações culturais em suas diversas modalidades;
- Promover a formação de Mestres da Cultura que repassam os saberes tradicionais populares de geração em geração;
- Aderir ao Sistema Nacional de Cultura.



ANEXO II

METAS FISCAIS



ANEXO DE METAS FISCAIS

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, estabelece a condução da política fiscal para os próximos exercícios e a avaliação do desempenho fiscal dos exercícios anteriores.

O anexo de Metas Fiscais abrangerá os órgãos da Administração Direta dos Poderes, e entidades da Administração Direta, que recebem recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive sob a forma de subvenções para pagamento de pessoal e custeio, ou de auxílios para pagamento de despesas de capital, excluídas, neste caso, aquelas empresas lucrativas que recebam recursos para aumento de capital.

A LRF determina que no Anexo de Metas Fiscais serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, e conterà ainda:

- a) avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- b) demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as metas fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência das mesmas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- c) evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- d) avaliação da situação financeira e atuarial;
- e) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

A fim de dar cumprimento ao preceito da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deve ser composto pelos seguintes demonstrativos:

- Demonstrativo I – Metas Anuais;
- Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;



- Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

O cumprimento das metas deve ser acompanhado com base nas informações divulgadas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária e no Relatório de Gestão Fiscal.

A meta de inflação deste ano (2019), definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 4,25 %, com intervalo de tolerância entre 2,75% a 5,75%. A estimativa para 2020 está no centro de meta (4%), esta meta tem intervalo de tolerância de 1,5 pontos percentual. Para 2021 e 2022 não houve alteração da meta: 3,75 %. As projeções estão fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Governo Federal.

Para o Produto Interno Bruto (PIB), o mercado financeiro estima uma taxa positiva de 2,50% para 2020.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços feitos em território brasileiro, independentemente da nacionalidade de quem os produz, e serve para medir o comportamento da economia brasileira.

O mercado financeiro revisou para melhor as projeções para a taxa básica de juros (**SELIC**) para 2020. Agora, as expectativas são de que a **SELIC** chegue a 6,75% ao ano.

A taxa básica de juros é o principal instrumento do BC para tentar conter pressões inflacionárias. Pelo sistema de metas de inflação brasileiro, a instituição tem de calibrar os juros para atingir objetivos pré-determinados.

Em resumo, os indicadores macroeconômicos para projeção das metas fiscais da LDO – 2020 são os seguintes:

VARIÁVEIS – expectativas	2020	2021	2022
TAXA DE INFLAÇÃO – (IPCA AMPLO)	4,00 %	3,75 %	3,75 %
Estimativa do PIB NACIONAL	2,50 %	2,50	2,50
TAXA SELIC	7,75 %	8,00 %	8,00 %
CÂMBIO (R\$ / US\$ - média)	3,75	3,84	3,92
P I B ESTADUAL – LDO 2019 ESTADO DO CEARÁ (R\$ MILHÕES)	173.783,71	187.960,12	194.538,72
INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO TOTAL	5,0 %	5,0 %	5,0 %

Ressalta-se que o cenário político e macroeconômico desenhado para o ano de 2019 impactou de forma direta nas estimativas de



arrecadação recursos de transferências voluntárias. Dessa forma, com a adoção das políticas fiscal, monetária e creditícia restritivas, as despesas foram organizadas contemplando um incremento gradual da arrecadação municipal, vislumbrando uma perspectiva mais otimista ao final de 2020.

Concluindo, destaca-se que o Anexo de Metas Fiscais é composto ainda pelos demonstrativos que se seguem, na forma definida pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio da PORTARIA Nº 389, DE 14 DE JUNHO DE 2018, Aprova a 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.

REDENÇÃO – CE, em 19 de junho de 2019.

David Santa Cruz Benevides
Prefeito Municipal



ANEXO III

RISCOS FISCAIS



ANEXO DE RISCOS FISCAIS

CONCEITO

Riscos Fiscais podem ser conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas, eventos estes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou decorrentes das metas de resultados, correspondendo, assim, aos riscos provenientes das obrigações financeiras do governo.

É importante ressaltar que riscos repetitivos deixam de ser riscos, devendo ser tratadas no âmbito do planejamento, ou seja, devem ser incluídas como ações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do ente federativo.

Por exemplo, se a ocorrência de catástrofes naturais – como secas ou inundações – ou de epidemias – como a dengue – tem sazonalidade conhecida, as ações para mitigar seus efeitos, assim como as despesas decorrentes, devem ser previstas na LDO e na LOA do ente federativo afetado, e não ser tratada como risco fiscal no Anexo de Riscos Fiscais.

CONTINGÊNCIA PASSIVA

Contingência passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou é uma obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança.

OBRIGAÇÕES FISCAIS

De modo abrangente, as obrigações financeiras do governo podem ser classificadas:

a) Quanto à transparência, em:

Explícitas – estabelecidas por lei ou contrato;

Implícitas – obrigação moral ou esperada do governo, devido a expectativas do público, pressão política ou à histórica intervenção do Estado na Economia;



b) Quanto à possibilidade de ocorrência, em:

Diretas – de ocorrência certa, previsíveis e baseadas em algum fator bem conhecido;

Contingentes – associadas à ocorrência de algum evento particular, que pode ou não acontecer, e cuja probabilidade de ocorrência e magnitude são difíceis de prever; em outras palavras, as obrigações contingentes podem ou não se transformar em dívida, dependendo da concretização de determinado evento.

As obrigações explícitas diretas do ente da Federação – inclusive os precatórios judiciais – devem ser reconhecidas, quantificadas e planejadas como despesas na Lei Orçamentária Anual e não constituem riscos fiscais; logo, não podem ser incluídas neste Anexo de Riscos Fiscais. Por se tratarem de passivos alocados no orçamento, os precatórios não se enquadram no conceito de risco fiscal, conforme estabelecido no § 1º do art. 100 da Constituição Federal:

“É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente”.

Os riscos orçamentários referem-se à possibilidade de as obrigações explícitas diretas sofrerem impactos negativos devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem ou à necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas ou orçadas a menor. Como riscos orçamentários, podem-se citar, dentre outros casos:

a) Frustração na arrecadação devido a fatos não previstos à época da elaboração da peça orçamentária;

b) Restituição de tributos realizada a maior que a prevista nas deduções da receita orçamentária;

c) Discrepância entre as projeções de nível de atividade econômica, taxa de inflação e taxa de câmbio quando da elaboração do orçamento e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, afetando o montante de recursos arrecadados;

d) Discrepância entre as projeções, quando da elaboração do orçamento, de taxas de juros e taxa de câmbio incidente sobre títulos vincendos e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, resultando em aumento do serviço da dívida pública;

e) Ocorrência de epidemias, enchentes, abalos sísmicos, guerras e outras situações de calamidade pública que não possam ser planejadas e que



demandem do Estado ações emergenciais, com consequente aumento de despesas;

Sob o ponto de vista fiscal, as obrigações explícitas contingentes (ou passivos contingentes) decorrem de compromissos firmados pelo Governo em função de lei ou contrato e que dependem da ocorrência de um ou mais eventos futuros para gerar compromissos de pagamento. Tais eventos futuros não estão totalmente sob o controle da entidade, e podem ou não ocorrer. Como a probabilidade de ocorrência do evento e a magnitude da despesa resultante dependem de condições externas, a estimativa desses passivos é, muitas vezes, difícil e imprecisa. No entanto, o Anexo de Riscos Fiscais deve espelhar a situação da forma mais fiel possível.

Como exemplos de passivos contingentes podem-se citar, dentre outros casos:

a) Demandas judiciais contra a atividade reguladora do Estado, com impacto na despesa pública: em sua maior parte, controvérsias sobre indexação e controles de preços praticados durante planos de estabilização e soluções propostas para sua compensação, bem como questionamentos de ordem tributária e previdenciária;

b) Demandas judiciais contra empresas estatais dependentes;

c) Demandas judiciais contra a administração do Ente, tais como privatizações, liquidação ou extinção de órgãos ou de empresas, e reajustes salariais não concedidos em desrespeito à lei;

d) Demandas trabalhistas contra o ente federativo e órgãos da sua administração indireta;

e) Dívidas em processo de reconhecimento pelo Ente e sob sua responsabilidade;

f) Avais e garantias concedidas pelo Ente a entidades públicas, tais como empresas e bancos estatais, a entidades privadas e a fundos de pensão, além de outros riscos. Verificar se não há restrição legal na LRF no tocante à concessão de garantias às empresas do próprio ente.

As obrigações implícitas diretas surgem em virtude dos compromissos assumidos pelo governo, no médio prazo, em sua política de despesas públicas. Um exemplo dessas obrigações são aquelas relacionadas ao fluxo futuro de despesas com o pagamento de aposentadorias e pensões.

As obrigações implícitas contingentes surgem em função de objetivos declarados de políticas governamentais. Dado o caráter da imprevisibilidade inerente a esse tipo de risco, é muito difícil identificá-lo e estimá-lo. A possibilidade de sua ocorrência se amplia quando os fundamentos macroeconômicos estão fracos, se o setor financeiro encontra-se em situação de vulnerabilidade, se os sistemas regulatórios e de fiscalização são deficientes ou se não há suficiente acesso à informação.



Esses riscos são verificados, principalmente, a partir de dois tipos de eventos. Um deles é relacionado com a gestão da dívida, ou seja, decorre de fatos como a variação das taxas de juros e de câmbio em títulos vincendos. O outro tipo são os passivos contingentes que representam dívidas, cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como resultados dos julgamentos de processos judiciais.

O processo de ajuste fiscal implementado no país nos últimos anos foi fundamental para um crescimento econômico aliado à estabilidade de preços. Mudanças de caráter institucional acompanharam o esforço de ajuste fiscal com o objetivo de manter a solvência do setor público em longo prazo, por meio de adoção de medidas de estabilização do endividamento público, como também o de permitir maior transparência na gestão fiscal.

Embora os resultados do ajuste fiscal tenham sido momentaneamente felizes, não há como desconsiderar riscos advindos de futuras decisões de natureza fiscal, o que requer cuidadoso exame dos administradores públicos. Esses riscos podem comprometer o atingimento de metas de resultado primário e nominal do município.

Os riscos que podem afetar as metas de resultado primário têm influência direta sobre os fluxos de receita e despesa previstas na proposta de execução orçamentária. São os chamados riscos orçamentários. Para os riscos orçamentários, o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal prevê limitação de empenho e movimentação financeira caso a realização da receita não comporte o cumprimento das metas de resultados estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais. Este procedimento permite que os desvios sejam corrigidos ao longo do ano, mantendo o cumprimento das metas de resultado primário.

Em síntese, os riscos orçamentários são contrabalançados por meio da realocação de despesa.

O Município de Redenção (CE) avança na direção de um regime fiscal responsável, em conformidade com os princípios, normas e limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, que permitirá a sustentação do ajuste fiscal no longo prazo.

O comprometimento do Governo Municipal com o ajuste fiscal será retratado pelos resultados obtidos a partir do primeiro quadrimestre de 2020, superiores aos dos anos anteriores, demonstrando que as metas previstas de superávit fiscal irão ser sistematicamente cumpridas.

Com o cumprimento das metas fiscais e avanços na institucionalização do ajuste fiscal, o equilíbrio fiscal do Município será alcançado. Existem, no entanto, riscos para a concretização deste cenário no futuro. Os riscos estão concentrados, principalmente, em passivos



contingentes decorrentes de ações judiciais que podem contribuir para o aumento da despesa municipal intitulada de precatórios judiciais.

É importante ressaltar que os passivos contingentes mencionados neste Anexo não redundam em fatos inevitáveis, mas poderão exercer impactos sobre a política fiscal, caso se concretizem.

A divulgação dos passivos contingentes representa mais um passo importante rumo à transparência fiscal. Entretanto, essa não será, necessariamente, a única forma de cobertura dos riscos fiscais, podendo ser utilizados outros meios como, por exemplo, a realocação e redução de despesas discricionárias.

Nos termos do § 1º do art. 1º da LRF, "a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas (...)", razão pela qual o planejamento é essencial à gestão fiscal responsável.

No processo de planejamento orçamentário, do qual a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – é parte integrante, o ente deverá avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com o objetivo de dar maior transparência às metas de resultado estabelecidas, informando as providências a serem tomadas caso tais riscos se concretizem.

A gestão de riscos fiscais não se resume à elaboração do Anexo de Riscos Fiscais, mas é composta por seis funções necessárias, a saber:

- 1) Identificação do tipo de risco e da exposição ao risco;
- 2) Mensuração ou quantificação dessa exposição;
- 3) Estimativa do grau de tolerância das contas públicas ao comportamento frente ao risco;
- 4) Decisão estratégica sobre as opções para enfrentar o risco;
- 5) Implementação de condutas de mitigação do risco e de mecanismos de controle para prevenir perdas decorrentes do risco;
- 6) Monitoramento contínuo da exposição ao longo do tempo, preferencialmente através de sistemas institucionalizados (controle interno).

Dessas funções, o Anexo de Riscos Fiscais dá transparência às de número 1, 2 e 4. As demais poderão ser tratadas em audiências públicas.

É importante ressaltar que os passivos contingentes mencionados neste Anexo não redundam em fatos inevitáveis, mas poderão exercer impactos sobre a política fiscal, caso se concretizem.

A divulgação dos passivos contingentes representa mais um passo importante rumo à transparência fiscal. Entretanto, essa não será,



necessariamente, a única forma de cobertura dos riscos fiscais, podendo ser utilizados outros meios como, por exemplo, a realocação e redução de despesas discricionárias.

Paço da Prefeitura Municipal de REDENÇÃO, em 19 de junho de 2019.

David Santa Cruz Benevides
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO: REDENÇÃO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2020

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

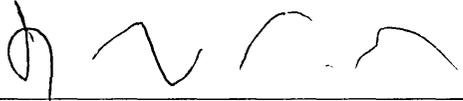
R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais Trabalhistas	550.000,00	Corte de gastos com pessoal	550.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00	Limitação de empenho.	0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	160.000,00	Limitação de empenho.	160.000,00
SUBTOTAL	710.000,00	SUBTOTAL	710.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Aumento não previsto da despesa com pessoal	0,00	Abertura de créditos Adicionais (RC)	0,00
Restituição de Tributos a Maior	50.000,00	Limitação de empenhos	50.000,00
Outros Riscos Fiscais	100.000,00	Abertura de créditos adicionais	100.000,00
SUBTOTAL	150.000,00	SUBTOTAL	150.000,00
TOTAL	860.000,00	TOTAL	860.000,00

RC = reserva de contingencia

REDENÇÃO - CE em 19 de Junho de 2019.



 David Santa Cruz Benevides
 Prefeito Municipal

MUNICÍPIO: REDENÇÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

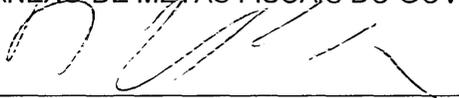
ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	81.518.700,00	78.383.365,38	0,047	85.594.635,00	79.327.743,28	0,046	89.874.366,75	80.287.981,73	0,046
Receitas Primárias (I)	77.960.512,00	74.962.030,77	0,045	81.858.537,60	75.865.187,77	0,044	85.951.464,48	76.783.513,02	0,044
Despesa Total	81.518.700,00	78.383.365,38	0,047	85.594.635,00	79.327.743,28	0,046	89.874.366,75	80.287.981,73	0,046
Despesas Primárias (II)	79.515.000,00	76.456.730,77	0,046	82.074.015,00	76.064.888,79	0,044	86.177.715,75	76.985.631,37	0,044
Resultado Primário (III) = (I – II)	-1.554.488,00	-1.494.700,00	(0,001)	-215.477,40	-199.701,02	(0,000)	-226.251,27	-202.118,34	(0,000)
Resultado Nominal	1.714.390,00	1.648.451,92	0,001	1.369.000,00	1.268.767,38	0,001	3.639.610,00	3.251.393,60	0,002
Dívida Pública Consolidada	23.158.230,00	22.267.528,85	0,013	22.080.025,00	20.463.415,20	0,012	20.095.284,00	17.951.834,91	0,010
Dívida Consolidada Líquida	20.023.000,00	19.252.884,62	0,012	18.654.000,00	17.288.229,84	0,010	15.014.390,00	13.412.890,83	0,008
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-

VARIÁVEIS – expectativas	2020	2021	2022
TAXA DE INFLAÇÃO – (IPCA AMPLO)	4,00%	3,75%	3,75%
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB NACIONAL	2,50%	2,50%	2,50%
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB ESTADUAL	4,00%	3,50%	3,50%
PIB CEARÁ (R\$ MILHÕES)	173.783,71	187.960,12	194.538,72
CÂMBIO (R\$ / US\$ - média)	3,75	3,84	3,92
INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO TOTAL –	5,00%	5,00%	5,00%

METODOLOGIA DE CÁLCULO VALOR CONSTANTE: 2020: Valor Corrente / 1,04 - 2021 - Valor Corrente / 1,079 - 2022- Valor corrente / 1,1194

FONTE: VARIÁVEIS RELACIONADAS AO PIB EXTRAIDAS NO ANEXO DE METAS FISCAIS DO GOVERNO DO ESTADO/2019

REDENÇÃO - CE em 19 de Junho de 2018.


David Santa Cruz Benevides
Prefeito Municipal

MUNICIPIO: REDENÇÃO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

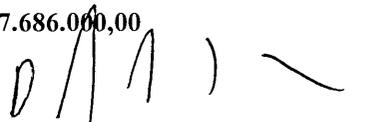
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	74.277.110,85	0,048%	73.939.864,92	0,048%	-337.245,93	0,000%
Receitas Primárias (I)	73.658.915,00	0,048%	68.890.455,97	0,045%	-4.768.459,03	-0,003%
Despesa Total	74.277.110,85	0,048%	73.335.645,07	0,048%	-941.465,78	-0,001%
Despesas Primárias (II)	73.954.220,00	0,048%	70.819.919,48	0,046%	-3.134.300,52	-0,002%
Resultado Primário (III) = (I-II)	-295.305,00	0,000%	-1.929.463,51	-0,001%	-1.634.158,51	-0,001%
Resultado Nominal	900.000,00	0,001%	2.031.708,92	0,001%	1.131.708,92	0,001%
Dívida Pública Consolidada	28.654.000,00	0,019%	23.841.276,00	0,015%	-4.812.724,00	-0,003%
Dívida Consolidada Líquida	28.654.000,00	0,019%	19.094.500,56	0,012%	-9.559.499,44	-0,006%

FONTE: RREO 6º BIMESTRE / 2018 / LDO 2018

ESTIMATIVA PIB ESTADUAL 2018: R\$

153.827.686.000,00

REDENÇÃO - CE em 19 de Junho de 2019.


 David Santa Cruz Benevides
 Prefeito Municipal

MUNICÍPIO: REDENÇÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2020

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

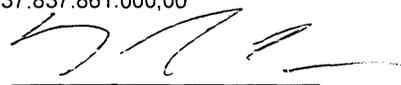
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2016	2017	%	2018	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	59.900.895,85	66.984.837,13	0,049	73.939.864,92	0,048%	81.518.700,00	0,047	85.594.635,00	0,046	89.874.366,75	0,046
Receitas Primárias (I)	59.706.008,32	66.434.291,97	0,048	68.890.455,97	0,045%	77.960.512,00	0,045	81.858.537,60	0,044	85.951.464,48	0,044
Despesa Total	60.359.602,45	60.338.754,37	0,044	73.335.645,07	0,048%	81.518.700,00	0,047	85.594.635,00	0,046	89.874.366,75	0,046
Despesas Primárias (II)	60.003.740,32	56.840.404,40	0,041	70.819.919,48	0,046%	79.515.000,00	0,046	82.074.015,00	0,044	86.177.715,75	0,044
Resultado Primário (III) = (I - II)	297.732,00	9.593.887,57	0,007	-1.928.963,51	-0,001%	-1.554.488,00	(0,001)	-215.477,40	(0,000)	-226.251,27	(0,000)
Resultado Nominal	0,00	-12.609.979,99	(0,009)	2.031.708,92	0,001%	1.714.390,00	0,001	1.369.000,00	0,001	3.639.610,00	0,002
Dívida Pública Consolidada	29.227.681,70	24.773.402,44	0,018	23.841.276,00	0,015%	23.158.230,00	0,013	22.080.025,00	0,012	20.095.284,00	0,010
Dívida Consolidada Líquida	21.761.132,20	16.613.851,77	0,012	19.094.500,56	0,012%	20.023.000,00	0,012	18.654.000,00	0,010	15.014.390,00	0,008

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2016	2017	%	2018	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	56.361.399,93	65.065.407,61	0,047	71.267.339,68	0,046%	78.383.365,38	0,047	79.327.743,28	0,044	80.287.981,73	0,045
Receitas Primárias (I)	56.178.028,15	64.530.638,14	0,047	66.400.439,49	0,043%	74.962.030,77	0,045	75.865.187,77	0,042	76.783.513,02	0,043
Despesa Total	56.793.001,93	58.609.766,27	0,043	70.684.959,10	0,046%	78.383.365,38	0,047	79.327.743,28	0,044	80.287.981,73	0,045
Despesas Primárias (II)	56.458.167,41	55.211.660,42	0,040	68.260.163,35	0,044%	76.456.730,77	0,046	76.064.888,79	0,042	76.985.631,37	0,043
Resultado Primário (III) = (I - II)	280.139,25	9.318.977,73	0,007	-1.859.241,94	-0,001%	-1.494.700,00	(0,001)	-199.701,02	(0,000)	-202.118,34	(0,000)
Resultado Nominal	0,00	-12.248.644,96	(0,009)	1.958.273,66	0,001%	1.648.451,92	0,001	1.268.767,38	0,001	3.251.393,60	0,002
Dívida Pública Consolidada	27.500.641,42	24.063.528,35	0,017	22.979.543,13	0,015%	22.267.528,85	0,013	20.463.415,20	0,011	17.951.834,91	0,010
Dívida Consolidada Líquida	20.475.284,34	16.137.787,05	0,012	18.404.337,89	0,012%	19.252.884,62	0,012	17.288.229,84	0,010	13.412.890,83	0,007

FONTE: LDO 2019 - RREO 6º BIMESTRE - ANOS 2016 A 2018
Valor realizado do PIB Estadual para 2017 - R\$ 137.837.861.000,00

REDENÇÃO - CE em 19 de junho de 2019.



David Santa Cruz Benevides
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO: REDENÇÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

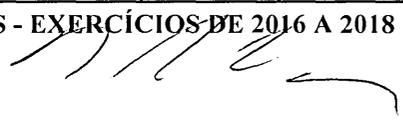
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	0,00		0,00		0,00	
Reservas	0,00		0,00		0,00	
Resultado Acumulado	32.286.154,85	100,00%	25.640.512,76	100,00%	15.992.636,90	100,00%
TOTAL	32.286.154,85	100,00%	25.640.512,76	100,00%	15.992.636,90	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio						
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	18.681.924,39	100,00%	17.903.141,89	100,00%	-825.264,00	100,00%
TOTAL	18.681.924,39	100,00%	17.903.141,89	100,00%	-825.264,00	100,00%

FONTE: BALANÇO PATRIMONIAL DAS ENTIDADES - EXERCÍCIOS DE 2016 A 2018

REDENÇÃO - CE em 19 de Junho de 2019.



David Santa Cruz Benevides
Prefeito Municipal

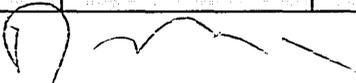
MUNICÍPIO: REDENÇÃO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2018	2017	2016
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2018	2017	2016
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2018	2017	2016
VALOR (III)			

REDENÇÃO - CE em 19 de Junho de 2019.


 David Santa Cruz Benevides
 Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE CONTAS ORÇAMENTÁRIAS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019

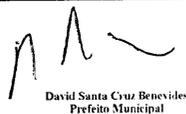
AMF - Demonstrativo (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")		R\$ 1.000		
RECEITAS		2016	2017	2018
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		1.489.546,42	2.126.344,43	3.065.562,03
RECEITAS CORRENTES		1.489.546,42	2.126.344,43	3.065.562,03
Receita de Contribuições dos Segurados		1.488.286,14	2.107.512,67	3.066.681,54
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	827.588,53
Receita Patrimonial		1.257,28	2.716,51	7.926,54
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	6.811,54	26.755,44
Compensação Previdenciária do RPPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	20.755,10
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas		0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		3.256.621,05	6.110.046,66	4.708.333,21
RECEITAS		3.256.621,05	6.110.046,66	4.708.333,21
Receita de Contribuições		0,00	3.142.214,75	4.708.333,21
Patronal		0,00	3.142.214,75	4.708.333,21
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00
Coberturas de Deficit Anual		0,00	0,00	0,00
Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	2.967.789,01	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		3.256.621,05	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I) + (II)		4.746.167,47	8.236.391,09	7.773.895,24
DESPESAS		2016	2017	2018
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		7.326.731,64	7.707.342,24	8.958.196,80
ADMINISTRAÇÃO		1.420.899,24	357.489,39	765.130,09
Despesas Correntes		1.419.616,74	357.483,44	765.130,09
Despesas de Capital		1.282,50	605,95	163.700,00
PREVIDÊNCIA		5.905.832,40	6.991.843,46	8.192.665,94
Pessoal Civil		5.905.832,40	6.991.843,46	8.192.665,94
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)		0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV) + (V)		7.326.731,64	7.707.342,24	8.958.196,80
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III) - (VI)		-2.600.564,17	529.048,85	-1.184.301,56
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		2016	2017	2018
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		0,00	0,00	0,00
Plano Fomento		0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira		0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva		0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário		0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Deficit Financeiro		0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Deficit Anual		0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00	0,00	0,00
DENS E DIREITOS DO RPPS		0,00	0,00	0,00

Tabela 6.1 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE CONTAS ORÇAMENTÁRIAS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019

AMF - Demonstrativo (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")		R\$ 1.000		
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2019	6.520.895,72	5.501.741,39	1.019.154,33	4.150.358,04
2020	6.447.113,64	5.449.616,02	1.017.497,61	5.167.855,65
2021	6.576.529,01	5.510.017,34	1.056.511,67	6.224.367,32
2022	6.307.985,11	5.628.372,96	1.079.612,15	7.303.979,47
2023	6.841.949,03	5.340.040,04	1.501.908,99	8.805.888,46
2024	6.978.739,62	5.855.786,84	1.122.952,78	9.928.841,24
2025	7.118.555,22	5.972.874,02	1.145.681,20	11.074.522,44
2026	7.260.722,12	6.092.223,50	1.168.500,62	12.243.023,06
2027	7.405.926,77	6.214.178,13	1.191.750,64	13.434.773,70
2028	7.554.058,50	6.338.461,69	1.215.596,81	14.650.370,51
2029	7.705.136,61	6.465.250,02	1.239.886,59	15.890.257,10
2030	7.859.259,15	6.594.555,24	1.264.703,90	17.154.961,00
2031	8.016.434,13	6.725.226,25	1.291.207,88	18.446.168,88
2032	8.176.522,04	6.858.084,78	1.318.437,26	19.764.606,14
2033	8.340.227,02	6.992.173,87	1.348.053,15	21.112.659,29
2034	8.507.093,42	7.128.137,55	1.378.955,87	22.491.615,16
2035	8.677.255,29	7.266.960,10	1.410.295,19	23.901.910,35
2036	8.850.739,66	7.408.518,10	1.442.221,56	25.344.131,91
2037	9.027.767,36	7.552.864,46	1.474.902,90	26.819.034,81
2038	9.208.541,91	7.700.249,41	1.488.292,50	28.327.327,31
2039	9.393.168,54	7.850.624,22	1.512.544,32	29.869.871,63
2040	9.581.661,01	8.003.970,03	1.547.690,98	31.447.562,61
2041	9.773.976,20	8.160.436,07	1.593.540,13	33.061.102,74
2042	9.970.141,51	8.320.069,50	1.650.071,99	34.711.174,73
2043	10.170.204,13	8.482.923,96	1.687.280,17	36.398.454,90
2044	10.374.219,41	8.648.149,61	1.726.069,80	38.124.524,70
2045	10.582.242,71	8.815.798,54	1.766.444,17	39.890.968,87
2046	10.794.330,46	8.985.913,56	1.810.416,90	41.701.385,77
2047	11.010.539,43	9.158.544,13	1.851.995,30	43.546.381,07
2048	11.230.923,45	9.333.741,81	1.897.181,64	45.433.562,71
2049	11.455.540,10	9.511.466,64	1.945.073,46	47.368.636,17
2050	11.684.352,79	9.691.780,96	1.995.571,83	49.354.068,00
2051	11.917.414,24	9.883.752,92	2.033.661,32	51.387.729,32
2052	12.154.781,55	10.087.544,55	2.067.237,00	53.459.496,32
2053	12.406.500,26	10.293.326,81	2.113.173,45	55.572.669,77
2054	12.672.637,35	10.501.169,25	2.171.468,10	57.734.137,87
2055	12.943.250,32	10.711.532,44	2.231.717,88	59.945.855,75
2056	13.218.405,74	10.923.476,53	2.294.929,21	62.200.784,96
2057	13.498.160,22	11.137.062,41	2.361.097,81	64.501.882,77
2058	13.782.580,42	11.352.351,54	2.429.228,88	66.841.111,65
2059	14.071.729,99	11.569.405,61	2.502.324,38	69.219.436,03
2060	14.265.664,22	11.788.286,95	2.577.377,27	71.636.813,30
2061	14.464.448,57	12.009.067,92	2.655.380,65	74.092.193,95
2062	14.668.148,57	12.231.812,92	2.736.335,65	76.588.529,60
2063	14.876.839,69	12.456.587,29	2.820.252,40	79.118.782,00
2064	15.090.598,42	12.683.466,42	2.907.131,99	81.685.913,99
2065	15.309.402,22	12.912.507,29	2.996.894,93	84.282.808,92

Redenção (CE), em 19 de Junho de 2019.


David Santa Cruz Benevides
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO: REDENÇÃO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2018
Aumento Permanente da Receita	1.612.000,00
(-) Transferências Constitucionais	1.050.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	562.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	562.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	562.000,00

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em seu art. 17, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, sem que haja aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado. Considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17, da LRF)

REDENÇÃO - CE em 19 de Junho de 2019.



David Santa Cruz Benevides
 Prefeito Municipal

MUNICIPIO: REDENÇÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCICIO FINANCEIRO DE 2020

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
TOTAL						-

NOTA:

Durante o período em evidência, o Município de Redenção não promoverá alteração da Legislação Tributária que implique em Renúncia de Receitas.

Redenção (CE), em 19 de Junho de 2019.



David Santa Cruz Benevides
Prefeito Municipal